



TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 183/2020
PROCESSO Nº 7771/2020
EMERGENCIAL

CONTRATO EMERGENCIAL DE Aquisição de Combustível, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA E A MIRANDA & GOMES DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, NA FORMA ABAIXO.

O Fundo Municipal de Saúde de Conceição da Barra-ES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no **CNPJ nº. 10.690.604/0001-60** com Sede à Praça Prefeito José Luiz da Costa, s/n, Centro, Conceição da Barra/ES, neste ato representado por seu Gestor, Srº Secretário **JUCIMARA ALVES FELICIANO**, brasileiro, portadora da Carteira de Identidade (RG) nº. 1.241.889/SESP-ES e Inscrita no CPF/MF nº. 045.892.907-74, residente e domiciliado à Rua: Boa Esperança, nº 251, Bairro: Guriri Sul-São Mateus/ES, CEP: 29.945-550, adiante denominado **Contratante**, e a Empresa **MIRANDA & GOMES DERIVADOS DE PETROLEO LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ-MF sob o nº 17.284.181/0001-28**, com sede Rod. Adolpho Serra, Km 17, Bairro: Maria Manteiga-Conceição da Barra ES, CEP: 29.960-000 por seu representante legal Marcelo Castiglioni da Costa, inscrito no CPF nº 090.594.337-69, ajustam o presente CONTRATO Emergencial de **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL COMUM**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, especialmente o art. 24, IV, bem como de acordo com o Processo nº 7771/2020, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Contrato Emergencial se refere à contratação da empresa especializada em **AQUISIÇÃO COMBÚSTIVEL GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL COMUM** para atender as necessidades e atendimento as situações emergenciais ocasionadas pela Pandemia (Coronavírus-COVID-19) da Secretaria Municipal de Saúde, a fim de dar continuidade aos trabalhos que são imprescindíveis para atender as demandas de logísticas como transporte de pacientes entre outras, neste Município de Conceição da Barra-ES, conforme as quantidades e especificações constantes no Anexo I.



CLÁUSULA SEGUNDA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - As despesas decorrentes do presente serviço/aquisição correrão à conta da seguinte dotação orçamentária abaixo relacionada:

43.01.00 - Secretaria Municipal de Saúde.
43.01.10 – Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Classificação Funcional: 10.122.0011.2.0086
Natureza da despesa: 3.3.90.30.01
Recurso: 1.710.0000

CLÁUSULA TERCEIRA DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO

4.1 – O presente contrato tem o valor Global de **R\$ 56.370,00 (Cinquenta e Seis Mil Trezentos e Setenta Reais).**

4.1.1 - No preço estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de licenças, impostos e taxas de qualquer natureza, salários, encargos sociais, seguro e outros que direta ou indiretamente decorram do cumprimento do presente **Contrato**, não sendo permitida nenhuma cobrança adicional.

4.1.2 - O município não se obriga a efetivar o pagamento na totalidade, mas o valor que corresponda aos serviços efetivamente prestados e demonstrados através de faturas devidamente aceitas pelo Município.

4.1.3 - Os preços contratuais são fixos e irredutíveis

4.1.4 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal correspondente, devidamente aceita, cobrindo os serviços já efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE INÍCIO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

5.1 – O prazo para duração do contrato será de **90 (Noventa) dias** contados da data da assinatura deste Termo Contratual.

CLÁUSULA QUINTA

6.1 **Compete a Contratada:**

6.1.1 Iniciar o serviço contados após o recebimento da Ordem de Fornecimento.



6.1.2 - Manter equipamentos de segurança obrigatórios (EPIs), bem como uniformes, com todas as obrigações trabalhistas necessárias.

6.1.3 - Todos os custos de manutenção serão por conta da Contratada.

6.1.4 - A contratada será responsável por deslocamentos.

6.1.5 - Permitir a fiscalização dos serviços pela secretaria responsável, inclusive sem prévia comunicação.

6.1.6 - A quantidade de pessoal contratado deverá ter a anuência da secretaria responsável.

6.1.7 - Manter seus funcionários sempre identificados e uniformizados durante o Fornecimento dos Serviços/Materiais.

6.1.8 – A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação.

6.2 - Compete à Contratante:

6.2.1 - Cumprir fielmente este Contrato.

6.2.2 - Indicar um funcionário para fiscalizar e acompanhar a serviço/entrega.

6.2.3 - Efetuar, no prazo, o pagamento pelos serviços/fornecimentos executados.

CLÁUSULA SEXTA

DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1 - Durante a execução do **Contrato**, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) - Advertência;

b) - Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso;

c) - Multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do **Contrato**;

d) - Suspensão para contratar com a Administração;

e) - Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal.

7.2 - Antes da aplicação de qualquer das penalidades, a **Contratada** será advertida, devendo apresentar defesa em 03 (três) dias úteis.

a) - A **Contratada**, durante a execução do **Contrato**, somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento do **Contrato**, com a



aplicação das penalidades cabíveis. A Administração, porém, poderá considerar rescindido o **Contrato** mesmo que só tenha ocorrido uma advertência;

b) - As advertências, quando seguidas de justificativa aceita pela Administração, não serão computadas para o fim previsto na letra "a" deste parágrafo;

c) - As advertências, quando não seguidas de justificativa aceita pela Administração, darão ensejo à aplicação das penalidades das letras "b" e "e" do caput da Cláusula Sexta.

7.3 - As multas previstas nas letras "b" e "c" poderão ser aplicadas em conjunto e poderão ser acumuladas com uma das penalidades previstas nas letras "d" e "e", do caput da Cláusula Sexta.

a) - A multa moratória será calculada do momento em que ocorrer o fato gerador, e, não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser rescindido o **Contrato** e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a Administração, entretanto, antes de atingido o pré-falado limite, rescindir o **Contrato** em razão de atraso.

7.4 - A Administração poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na execução do **Contrato**, para entender rescindido o **Contrato**.

7.5 - As multas serão calculadas pelo total do **Contrato**, devidamente atualizado nos termos das cláusulas do ajuste.

7.6 - Se o descumprimento do **Contrato** gerar consequências graves para a Administração poderá a Administração, além de rescindir o **Contrato**, aplicar uma das penalidades previstas na letra "d" ou "e", do caput da cláusula sexta.

7.7 - Se os danos restringirem-se a Administração será aplicada a pena de suspensão pelo prazo de, no máximo 02 (dois) anos.

7.8 - Se puderem atingir a Administração Municipal, será aplicada a pena de Declaração de inidoneidade.

7.9 - A dosagem da pena e a dimensão do dano serão identificadas pelo Prefeito Municipal.

7.10 - Quando declarada a inidoneidade do **Contrato**, o Prefeito Municipal, fará publicar sua decisão no Diário Oficial do Estado, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante toda a Administração Pública Municipal.



7.11 - Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração pelo prazo máximo.

7.12 - Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a pena de suspensão, acima tratada, os licitantes que, em razão dos **Contratos** regidos pela Lei nº 8.666/93.

- a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) - Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) - Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos praticados.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

8.1 - A **Contratante** poderá declarar rescindido o **Contrato**, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, sem que assista à **Contratada** direito a qualquer indenização nos seguintes casos:

- a) - Inexecução total ou parcial do **Contrato**, ensejando as consequências contratuais e as previstas em lei;
- b) - O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) - Atraso injustificado no início dos serviço/entrega;
- d) - Recusa sem justa causa e prévia comunicação à **Secretaria Municipal de Saúde**;
- e) - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;
- f) - Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- g) - O cometimento reiterado de faltas na execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- h) - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pelo Prefeito Municipal de Conceição da Barra, exaradas no processo administrativo a que se refere o **Contrato**;
- i) - A suspensão, por parte da **Contratante** acarretando modificações no valor inicial do contrato, além do limite permitido no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;



j) - a suspensão da sua execução, por ordem escrita da **Contratante**, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

m) - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **Contratante**, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

n) - a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **Contrato**.

8.2 - A **Contratada** reconhece que, nos casos enumerados nas letras "a" a "j" desta cláusula, a **Contratante** poderá rescindi-lo unilateralmente, sem prejuízo das sanções contratuais e legais que lhe forem inerentes.

8.3 - A rescisão do **Contrato** poderá ainda ocorrer nos termos e de acordo com o presente nos arts. 79 e 80, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização será feita pelo **Contratante** no local, através da **Secretaria Municipal de Saúde**, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, os prazos e condições do presente Contrato.

9.2 - A fiscalização referida no subitem anterior não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita entrega dos serviços/materiais.

9.3 - Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA NONA

DA RESCISÃO

9.1 A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, com fulcro nos artigos 78, 79, 80 da lei 8.666/93.

9.2 - A inexecução total ou parcial do presente termo de contrato Nº 183/2020 enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, com fulcro nos artigos 78, 79, 80 da lei 8.666/93.



9.3 - Ficarà rescindido o quando se concluir o processo licitatório, em que a contratada não terá direito a reparação ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA INCIDÊNCIAS FISCAIS

10.1 – Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), que sejam devidos em decorrência direta ou indireta deste instrumento contratual ou de sua execução são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso. O Município quando fonte retentora deve descontar e recolher, nos prazos da lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

10.2 – As partes não responderão pelo descumprimento das obrigações ou prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, na forma do artigo 1.058 do Código Civil Brasileiro, caso em que qualquer das partes pode pleitear a rescisão contratual.


CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA RESPONSABILIDADE E FORÇA MAIOR

11.1 - Fica eleito o foro de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Conceição da Barra-ES, 03 de Novembro 2020.


JUCIMARA ALVES FELICIANO
Secretaria Municipal de Saúde
Contratante


MIRANDA & GOMES DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
CNPJ-MF sob o nº 17.284.181/0001-28
Contratado


Fiscal do Contrato: Antônio Fernandes Júnior
Matrícula: 5859
Telefone: 27 9.9909-1900
E-mail: toniraco@hotmail.com
Cargo/Função: Coordenador de Transporte

Contrato Nº 183/2020 Página 7 de 12



ANEXO I
Descrição dos Materiais:

Item	Material	Un.	Marca	Modelo	Média Consumo	Qtde	Pr. Unitário	Pr. Total
01	1.05.01.0002-3	L			0,000	11.000,0000	4,4900	49.390,00

GASOLINA COMUM - Descrição: » GASOLINA COMUM -
Descrição Complementar:
» GASOLINA COMUM C, DE INCOLOR A AMARELADA, LÍMPIDO E ISENTO DE IMPUREZAS, 22%+OU-1% DE ÁLCOOL, 82, 87, 5MG/ 100ML, 0,10% MASSA, 1% VOLUME, 0,005 G/L. -
Tratamento Diferenciado: - - Aplicabilidade Decreto 7174:
» Não - Aplicabilidade Margem de Preferência:
» Não - Quantidade:
» 11.000 - Unidade de fornecimento:
» LITRO

Item	Material	Un.	Marca	Modelo	Média Consumo	Qtde	Pr. Unitário	Pr. Total
02	1.05.01.0009-0	L			0,000	2.000,0000	3,4900	6.980,00

ÓLEO DIESEL COMUM - Óleo Diesel.
O Diesel S-500 é assim chamado por conter 500mg/kg ou ppm (partes por milhão) de teor máximo de enxofre, sendo conhecido nos postos como diesel comum.
- É um produto adequado aos veículos a diesel fabricados antes de 1º de janeiro de 2012.

Valor Total R\$ 56.370,00 (Cinquenta e Seis Mil Trezentos e Setenta Reais)

Anexo II
TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETIVO

O objetivo é a contratação emergencial de empresa especializada em fornecimento de combustível, conforme especificado, direto da bomba de combustível da proponente (contratada), como também a prestação de serviço de Abastecimento e Controle de Abastecimento.

2 – JESTIVICATIVA

Considerando que a aquisição, destina-se a atender as necessidades urgentes e emergenciais, principalmente junto a Secretaria Municipal da Saúde, especialmente para as ambulâncias e veículos que transportam pessoas para outras localidades a fim de se submeterem a consultas e exames especializados na área médica.

Considerando que existe um processo licitatório de nº 5054/2020 através de Registro de Preço do objeto citado, e encontra-se no Gabinete para anuência do Prefeito e parecer inicial para licitar;

Considerando que existe um contrato emergencial de nº 133/2020 ao qual seu vencimento é 28/01/2020, e que as demandas do Fundo Municipal de Saúde, diariamente vem aumentando.



Considerando a necessidade por se tratar de urgência e emergência, para que os veículos possam estar a disposição diariamente a funcionabilidade e em plenas condições de trabalho, como abastecimento de combustível.

Considerando que a presente aquisição se justifica em decorrência da Pandemia do Covid-19 e em conformidade com a Lei Federal nº 13.979/2020, assim, esta Secretaria Municipal de Saúde, levando em conta a situação de emergência em nível INTERNACIONAL (Pandemia) e de acordo com o solicitado, pela Diretoria de Vigilância em Saúde e pela Diretora da Atenção a Saúde, com o intuito de abastecer as Unidades de Saúde para assegurar as demanda aos usuários e aos profissionais de Saúde.

Considerando que no âmbito Federal, foram editados diversos normativos voltados a dotara os gestores públicos de instrumentos e respaldo jurídico para a implementação de medidas necessárias no combate da Covid-19, com destaque na Lei nº 13.979/2020 (alterada pelas Medidas Provisórias 926, 927, 928 e 951/2020). Entre outros pontos, referida lei disciplinar os procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública, estabelecendo, por exemplo, as condições e os requisitos para a dispensa de licitação a serem observados pelos gestores públicos.

3 – DO FORNECIMENTO

O fornecimento do combustível será feito no posto da empresa vencedora que deverá disponibiliza-los, conforme requisição, devendo quando da retirada fazer a conferência da documentação do servidor que se apresentar para a retirada do combustível como também a conferência dos dados dos veículos a serem abastecidos.

A requisição do combustível poderá ocorrer em qualquer dia da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados regionais e nacionais.

4 - DESCRIÇÕES DOS ITENS

4.1. Os custos mencionados foram pesquisados no comércio, estando os mesmos comprovados no respectivo processo licitatório.

LOTE 01 – COMBUSTÍVEL, conforme anexo I.

Secretaria Municipal de Saúde.

5- DO PREÇO DE REFERÊNCIA

O preço de referência para a aplicação do percentual de desconto ofertado na etapa de lances, concernente ao fornecimento de combustível, objeto desse contrato, será o preço máximo para a quantidade estimada, baseado no preço médio ao consumidor nos postos de combustíveis do Município de Conceição da Barra/ES.

O percentual de desconto, ofertado pela empresa vencedora e incidente sobre o preço médio mensal da ANP para o município de Conceição da Barra/ES, será fixo e irrevogável e terá sua validade durante a vigência do período contratual.

A localização do posto não poderá exceder a 28 km (vinte e oito quilômetros), tendo como marco o prédio da Sede da Prefeitura do Município;

O abastecimento de combustível será feito mediante a apresentação de requisições preenchidas com a quantificação de cada produto, o seu preço unitário e o preço total, devidamente autorizado pela Secretária de Saúde ou servidor autorizado para realizar tal procedimento. Ressalta-se, que as requisições serão feitas através de blocos de



abastecimento para cada veículo da frota, fornecidos pela contratada, sem qualquer ônus para a PMCB.

Durante a execução do contrato, observar-se os seguintes procedimentos para a sua operacionalização:

- a) As coordenações de Transportes ou responsáveis pelo controle de combustíveis das Secretarias de Saúde realizar a conferência e atestará a execução do fornecimento contida na nota fiscal, para fins de recebimento e para efeito de pagamentos dos mesmos.
- b) O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidade futuras quanto a qualidade do produto entregue.
- c) Os testes realizados na fase de entrega não impedirão a realização de testes futuros, quando houver de que o produto seja justificado.
- d) A Administração poderá solicitar teste do produto junto aos seus fabricantes, para verificar a legitimidade dos produtos. Se verificada a inadequação do produto, será feita notificação da empresa para que se proceda a troca, no prazo de no máximo 5 (cinco) dias úteis; se não for realizada a troca, a empresa ficará sujeita as penalidades prevista no artigo 96, da Lei nº 8.666/93.
- e) No caso de contestada a falsidade do produto, a autoridade competente será informada para que sejam tomadas as providências cabíveis, administrativas e penais;

06. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da apresentação dos documentos fiscais, acompanhada as respectivas autorizações, após atesto do gestor contratual, mediante ordem bancária creditada na conta corrente da empresa adjudicada.

07. DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO

O CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA, o cadastro completo e atualizado dos veículos, condutores e identificação das respectivas áreas que os mesmos estão alocados nas Secretarias Municipais, contendo os seguintes dados:

Placa;

Marca;

Modelo;

Tipo de Combustível;

Lotação (Secretaria);

Hodômetro/horimetro;

Nome;

O posto deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir:

Identificação do posto (Nome e Endereço);

Identificação do veículo (placa);

Hodômetro do veículo ou horimetro da máquina no momento do abastecimento;

Tipo de Combustível utilizado;

A data e hora da Transação;

Quantidade em litros;

Identificação do Condutor (Nome e registro).

O sistema de gestão liberará o abastecimento no equipamento (bomba) manualmente após checagem dos dados acima, bem como a conferência do KM "in loco" sendo, necessário cumprir uma sequência mínima de informações, sendo:



1º - Placa do Veículo ou Código de Frota, que conterà as informações mínimas de lotação, tipo locado, próprio ou convênios;

2º - O Posto CONTRATADO deverá disponibilizar terminal o mais próximo possível da área de abastecimento, fazendo com que as verificações e liberações sejam feitas o mais rápido possível;

O sistema de Abastecimento, da CONTRATADA deve compreender, no mínimo:

- a) Registro informatizado dos dados de abastecimento;
- b) Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores, consumo e quilometragem específico por veículo/máquina, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados;
- c) Identificação do usuário no momento do abastecimento;
- d) Gerar relatórios em arquivos XML e ainda a possibilidade de layout e formatação de campos, conforme necessidade do CONTRATANTE, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

Nome, endereço e CNPJ completo do posto credenciado;

Data do abastecimento;

Quilometragem/horas no momento do abastecimento;

Tipo de combustível;

Valor total do abastecimento;

Quantidade de litros;

Identificação do veículo;

e) Garantia da segurança e integridade de todas as informações obtidas por ocasião dos abastecimentos realizados na rede credenciada.

08. INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

08.1 A CONTRATADA deverá iniciar imediatamente após a assinatura da ordem de fornecimento.

09. PROCEDIMENTO PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

09.1 A execução dos serviços será acompanhada pelo servidor Antônio Fernandes Júnior-Matricula: 5859, Coordenador de Transporte, Telefone: 9.9909-1900, e-mail: toniroca@hotmail.com, aqui denominado FISCAL DO CONTRATO, a quem caberá o acompanhamento, a Fiscalização, gerenciamento do contrato e a certificação da nota fiscal/ fatura. Correspondente aos serviços prestados e combustíveis fornecidos.

10. DOS RECURSOS FINANCEIROS

EC29—EMENDA 29

BLATB-BLOCO DA ATENÇÃO BÁSICA

BLVIG-BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE

11. DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstas no art. 77 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA dentre outras:

- a) Fornecer combustível de boa qualidade, em conformidade com a legislação vigente.



- b) O combustível considerado em desacordo com o objeto contratual será rejeitado, e o pagamento da respectiva parcela ficará suspenso até sua regularização.
- c) Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer anormalidade relacionada com a execução do contrato firmado entre as partes.
- d) Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato firmado entre as partes.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Liquidar os documentos de cobrança.
- b) Publicar o extrato deste contrato, na forma da Lei.